

SUMÁRIO

NOTA PRÉVIA À 11ª EDIÇÃO	9
--------------------------------	---

Parte I

TEORIA GERAL DOS RECURSOS

1. NOÇÕES GERAIS

1. Conceito de recurso no processo civil	35
2. Natureza jurídica do recurso	39
2.1. Recurso como prolongamento da ação originária	40
2.2. Recurso como pretensão autônoma no mesmo processo	42
2.3. Condição jurídica do provimento sujeito a recurso	48
3. Classificação dos recursos no processo civil	53
3.1. Recursos ordinários e extraordinários	57
3.2. Recursos de motivação livre (ou simples) e vinculada	59
3.3. Recursos independentes e subordinados	60
3.3.1. Designação do recurso subordinado	61
3.3.2. Natureza jurídica do recurso subordinado	63
3.3.3. Condições de admissibilidade do recurso subordinado	63
3.3.3.1. Cabimento do recurso subordinado	64
3.3.3.1.1. Preexistência do recurso independente	65
3.3.3.1.2. Inadmissibilidade de ampliação das hipóteses de recurso subordinado	65
3.3.3.2. Legitimidade para interpor recurso subordinado	66
3.3.3.3. Interesse na interposição do recurso subordinado	67
3.3.3.4. Tempestividade do recurso subordinado	69
3.3.3.5. Regularidade formal do recurso subordinado	70
3.3.3.6. Preparo do recurso subordinado	70
3.3.4. Procedimento do recurso subordinado	71
3.3.5. Julgamento do recurso subordinado	73

2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DOS RECURSOS

4. Princípios fundamentais em matéria de recursos	77
5. Princípio do duplo grau na unidade do processo	78
5.1. Fundamentos do princípio do duplo grau	80

5.2.	Base política do princípio do duplo grau	83
5.3.	Base técnica do princípio do duplo grau.....	86
6.	Princípio da taxatividade	89
6.1.	Recursos previstos na codificação processual.....	90
6.2.	Recursos previstos nas leis extravagantes.....	92
6.3.	Constitucionalidade das restrições à recorribilidade	92
6.4.	Exceções ao princípio da taxatividade.....	93
7.	Princípio da singularidade.....	95
8.	Princípio da fungibilidade	100
8.1.	Casos de dúvida objetiva	101
8.2.	Admissibilidade do princípio da fungibilidade.....	105
8.3.	Condições da aplicação do princípio da fungibilidade	108
8.4.	Efeitos do reconhecimento da improriedade do recurso	112
9.	Princípio da dialeticidade	112
9.1.	Configuração da dialeticidade.....	113
9.2.	Fundamento da dialeticidade.....	115
9.3.	Requisitos da dialeticidade.....	115
10.	Princípio da voluntariedade.....	116
11.	Princípio da irrecorribilidade das interlocutórias	118
12.	Princípio da complementaridade.....	121
13.	Princípio da consumação.....	123
14.	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	124
14.1.	Aplicação e evolução do princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	126
14.2.	Fundamento da <i>reformatio in pejus</i>	128
14.3.	Espécies de <i>reformatio in pejus</i>	129
14.4.	Limites da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	130
14.4.1.	Casos de inadmissibilidade da <i>reformatio in pejus</i>	130
14.4.2.	Casos de admissibilidade da <i>reformatio in pejus</i>	133

3. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E JUÍZO DE MÉRITO DOS RECURSOS

15.	Distinção entre a admissibilidade e o mérito do recurso	139
16.	Juízo de admissibilidade	142
16.1.	Natureza do juízo de admissibilidade.....	142
16.2.	Competência para o juízo de admissibilidade	144
16.3.	Forma do juízo de admissibilidade.....	146
16.4.	Momento do juízo de admissibilidade.....	148
16.5.	Objeto do juízo de admissibilidade	150
17.	Juízo de mérito	150

17.1. Natureza do juízo de mérito	150
17.2. Competência para o juízo de mérito	151
17.3. Forma do juízo de mérito	153
17.4. Momento do juízo de mérito	154
17.5. Objeto do juízo de mérito	155
17.5.1. Relação entre o mérito da causa e o mérito do recurso	155
17.5.2. Causa de pedir do recurso	157
17.5.3. Pedido do recurso	160

4. CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS

18. Classificação das condições de admissibilidade	163
19. Requisitos intrínsecos	165
19.1. Cabimento	165
19.1.1. Classificação dos atos recorríveis	166
19.1.2. Correlação entre atos decisórios e recursos	174
19.1.3. Equívocos do recorrente	178
19.2. Legitimidade	178
19.2.1. Legitimidade da parte	179
19.2.2. Legitimidade do Ministério Público	183
19.2.3. Legitimidade do terceiro	185
19.2.4. Legitimidade do juiz e dos seus auxiliares	190
19.2.5. Legitimidade do advogado	192
19.3. Interesse para recorrer	193
19.3.1. Utilidade do recurso	194
19.3.2. Necessidade do recurso	202
19.4. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo	205
19.4.1. Renúncia	205
19.4.1.1. Distinção das figuras afins	205
19.4.1.2. Natureza da renúncia	206
19.4.1.3. Requisitos da renúncia	206
19.4.1.4. Oportunidade da renúncia	206
19.4.1.5. Efeitos da renúncia	207
19.4.2. Desistência	208
19.4.2.1. Distinção das figuras afins	209
19.4.2.2. Natureza da desistência	209
19.4.2.3. Espécies de desistência	209
19.4.2.4. Requisitos da desistência	210
19.4.2.5. Oportunidade da desistência	212
19.4.2.6. Efeitos da desistência	213
19.4.3. Aquiescência	215

19.4.3.1.	Distinção das figuras afins	215
19.4.3.2.	Natureza da aquiescência	215
19.4.3.3.	Espécies de aquiescência	216
19.4.3.4.	Requisitos da aquiescência	217
19.4.3.5.	Oportunidade da aquiescência	217
19.4.3.6.	Efeitos da aquiescência	218
19.4.4.	Depósito prévio da multa	218
19.4.5.	Inexistência de repercussão geral da questão constitucional	221
20.	Requisitos extrínsecos	221
20.1.	Tempestividade	221
20.1.1.	Quantitativo do prazo	224
20.1.2.	Contagem do prazo: termo inicial	225
20.1.3.	Contagem do prazo: natureza e ampliações	230
20.1.4.	Contagem do prazo: suspensão e interrupção	236
20.1.5.	Controle da tempestividade	240
20.2.	Regularidade formal	243
20.2.1.	Petição escrita	244
20.2.2.	Identificação das partes	247
20.2.3.	Causa de pedir ou fundamentação do recurso	248
20.2.4.	Pedido de reforma ou de invalidação	251
20.2.5.	Requisitos suplementares	251
20.3.	Preparo	255
20.3.1.	Dispensa do preparo	261
20.3.2.	Relevação da deserção	262
21.	Efeitos do juízo de admissibilidade	263

5. EFEITOS DOS RECURSOS

22.	Classificação dos efeitos dos recursos	267
23.	Efeito obstativo	272
24.	Efeito devolutivo	277
24.1.	Fundamento do efeito devolutivo	277
24.2.	Conceito de efeito devolutivo	280
24.3.	Espécies de devolução	281
24.4.	Objeto da devolução	281
24.5.	Órgão destinatário da devolução	281
24.6.	Exclusão do benefício comum através do efeito devolutivo	282
24.7.	Devolução das questões discutidas	283
24.8.	Devolução das questões de ordem pública	284
24.9.	Extensão subjetiva da devolução	285

24.9.1. Espécies de litisconsórcio	286
24.9.2. Fundamento e âmbito de incidência da extensão subjetiva	289
24.9.3. Requisitos da extensão subjetiva	291
24.9.4. Disciplina das despesas processuais	293
25. Efeito suspensivo	294
25.1. Fundamento do efeito suspensivo	295
25.2. Conceito de efeito suspensivo	297
25.3. Objeto do efeito suspensivo	297
25.3.1. Efeitos dependentes da suspensão	298
25.3.2. Efeitos independentes da suspensão	299
25.3.3. Efeitos subordinados ao trânsito em julgado	300
25.3.4. Efeito suspensivo reflexo	301
25.4. Termo inicial e termo final do efeito suspensivo	301
25.5. Extensão do efeito suspensivo	302
25.6. Recursos suspensivos	303
25.7. Recursos não suspensivos	305
25.8. Concessão <i>ope legis</i> do efeito suspensivo	307
25.9. Concessão <i>ope iudicis</i> do efeito suspensivo	308
25.10. Antecipação dos efeitos da pretensão recursal	313
26. Efeito substitutivo	314
26.1. Fundamento do efeito substitutivo	315
26.2. Conceito do efeito substitutivo	316
26.3. Espécies de efeito substitutivo	316
26.4. Objeto da substituição	317
26.5. Efeitos da substituição	320

6. PROCEDIMENTO DOS RECURSOS NO TRIBUNAL

27. Disposições comuns aos recursos e demais causas	324
28. Função dos tribunais no julgamento dos recursos	325
29. Função da jurisprudência dos tribunais: precedente	329
29.1. Uniformização da jurisprudência no direito anterior	330
29.2. Uniformização da jurisprudência no direito vigente	334
29.2.1. Atributos da jurisprudência dos tribunais	335
29.2.2. Incorporação da jurisprudência dominante em súmula	337
29.2.3. Vinculação dos órgãos judiciários ao precedente	339
29.2.4. Objeto da vinculação dos órgãos judiciários	341
29.2.5. Revisão do precedente	345
29.2.5.1. Competência na revisão do precedente	346
29.2.5.2. Meios para revisão do precedente	346

29.2.5.3.	Requisitos da revisão do precedente	347
29.2.5.4.	Efeitos da revisão do precedente.....	349
30.	Fase da distribuição do recurso.....	350
30.1.	Registro do recurso no protocolo	350
30.2.	Distribuição do recurso.....	351
30.3.	Remessa à secretaria do órgão fracionário e conclusão ao relator	354
31.	Procedimento abreviado do julgamento dos recursos	355
31.1.	Objeto da decisão do relator	356
31.1.1.	Recursos excluídos da decisão singular	356
31.1.2.	Poderes do relator nas ações impugnativas e nos sucedâneos recursais	359
31.2.	Fundamentos da decisão do relator.....	359
31.2.1.	Recurso inadmissível.....	360
31.2.2.	Recurso prejudicado	361
31.2.3.	Recurso incongruente	363
31.2.4.	Recurso contrário à súmula ou ao precedente	364
31.2.5.	Recurso fundado em súmula ou em precedente	366
31.3.	Momento da decisão do relator	367
31.4.	Forma da decisão do relator	368
32.	Fase inicial do procedimento completo	368
32.1.	Atribuições gerais do relator	369
32.2.	Abertura de vista ao Ministério Público.....	371
32.3.	Requisitos da exposição do relator	372
32.4.	Conclusão ao revisor	374
32.4.1.	Subsistência do revisor	375
32.4.2.	Atribuições do revisor	375
32.4.3.	Consequências da falta de revisão	376
32.4.4.	Consequências da falta de participação do revisor no julgamento	377
32.5.	Designação de dia de julgamento	377
32.6.	Publicação da pauta de julgamento	379
32.6.1.	Caráter público ou reservado da sessão	379
32.6.2.	Requisitos da publicação	380
32.6.3.	Prazo de espera da sessão	382
32.6.4.	Afixação da pauta na entrada da sala de sessões.....	384
32.6.5.	Consequências do adiamento.....	384
32.6.6.	Vista dos autos na secretaria	385
32.7.	Vinculação do relator	386
32.8.	Distribuição de cópias do relatório.....	387
33.	Fase intermediária do procedimento do recurso	388
33.1.	Etapas do julgamento.....	389

33.2.	Abertura da sessão.....	389
33.3.	Ordem dos julgamentos: precedência obrigatória do agravo de instrumento ...	391
33.4.	Ordem dos julgamentos: as preferências legais, regimentais e voluntárias	394
33.5.	Exposição do relator	398
33.6.	Debate oral.....	399
33.6.1.	Casos de admissibilidade da sustentação oral.....	399
33.6.2.	Prazo da sustentação oral	402
33.6.3.	Conteúdo da sustentação oral	403
33.6.4.	Sustentação oral do Ministério Público	403
33.6.5.	Atitude dos julgadores perante a sustentação oral	404
33.6.6.	Forma da sustentação oral.....	404
33.7.	Deliberação do órgão fracionário	405
33.7.1.	Publicidade e garantias da deliberação	405
33.7.2.	Quórum da deliberação.....	406
33.7.3.	Ordem da deliberação	408
33.7.3.1.	Conceito de questão preliminar	409
33.7.3.2.	Espécies de questões preliminares.....	410
33.7.3.3.	Efeitos da apreciação das preliminares	411
33.7.3.4.	Iniciativa da suscitação da preliminar	412
33.7.3.5.	Ordem de votação das preliminares.....	412
33.7.3.6.	Consequências do julgamento da preliminar	414
34.	Incidentes no julgamento dos recursos.....	415
34.1.	Assunção de competência	415
34.1.1.	Pressupostos da assunção de competência	418
34.1.1.1.	Pendência de julgamento	418
34.1.1.2.	Relevante questão de grande repercussão social.....	419
34.1.3.	Iniciativa da assunção de competência	421
34.1.4.	Oportunidade da assunção de competência	422
34.1.5.	Competência na admissão da assunção de competência.....	423
34.1.6.	Procedimento inicial da assunção de competência	424
34.1.7.	Procedimento final da assunção de competência.....	427
34.1.8.	Efeito da deliberação: o precedente	428
34.1.9.	Aplicação do direito à espécie.....	430
34.2.	Declaração incidental de inconstitucionalidade.....	431
34.2.1.	Objeto da arguição de inconstitucionalidade.....	433
34.2.2.	Legitimidade para arguir a inconstitucionalidade	433
34.2.3.	Oportunidade da arguição de inconstitucionalidade	434
34.2.4.	Procedimento inicial da arguição da constitucionalidade.....	434
34.2.4.1.	Audiência do Ministério Público e das partes na arguição.....	434
34.2.4.2.	Apreciação da arguição no órgão de origem.....	435

34.2.4.3.	Rejeição da arguição de inconstitucionalidade.....	435
34.2.4.4.	Desnecessidade da renovação do controle de constitucionalidade	436
34.2.4.5.	Acolhimento da arguição de inconstitucionalidade.....	437
34.2.4.6.	Descumprimento da cláusula de reserva do plenário	438
34.2.5.	Procedimento final da arguição da constitucionalidade	438
34.2.5.1.	Órgão competente para declarar a inconstitucionalidade...	438
34.2.5.2.	Designação da data de julgamento da arguição.....	439
34.2.5.3.	Remessa de cópias do acórdão.....	439
34.2.5.4.	Intervenção de terceiros na arguição de inconstitucionalidade	439
34.2.5.5.	Quórum para declarar a inconstitucionalidade	441
34.2.5.6.	Efeitos da pronúncia da inconstitucionalidade	442
34.2.5.7.	Recorribilidade do pronunciamento incidental.....	442
34.2.6.	Retomada do julgamento no órgão fracionário.....	443
34.3.	Afetação do julgamento.....	443
34.3.1.	Oportunidade da afetação	444
34.3.2.	Pressupostos da afetação	445
34.3.3.	Iniciativa da afetação	446
34.3.4.	Desnecessidade de acórdão para afetar o julgamento	446
34.3.5.	Assunção ou rejeição da competência	447
34.3.6.	Escolha de novo relator	447
34.3.7.	Efeitos do julgamento em caso de afetação	447
34.4.	Conversão do julgamento em diligência	448
34.4.1.	Prazo da diligência	449
34.4.2.	Remessa dos autos ao juízo <i>a quo</i>	450
34.4.3.	Prosseguimento do julgamento	450
34.4.4.	Desnecessidade de acórdão	451
34.5.	Adiamento do julgamento por vista	451
34.5.1.	Legitimidade para pedir ou tomar vista	451
34.5.2.	Oportunidade do pedido de vista	452
34.5.3.	Prazo da vista	453
34.5.4.	Consequências da inobservância do prazo	454
34.6.	Constatação de fatos supervenientes e questões de ordem pública.....	455
34.6.1.	Iniciativa quanto à constatação	456
34.6.2.	Prazo de manifestação das partes.....	457
34.6.3.	Efeitos da preterição do contraditório	457
34.7.	Ampliação do quórum da deliberação	457
34.7.1.	Natureza da ampliação do quórum.....	460
34.7.2.	Cabimento da ampliação do quórum	461

34.7.3.	Formas da ampliação do quórum	465
34.7.4.	Prosseguimento do julgamento com o quórum ampliado	466
34.8.	Resolução de demandas repetitivas	468
34.8.1.	Natureza do incidente de resolução de demandas repetitivas	470
34.8.2.	Pressupostos do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	471
34.8.3.	Objeto do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	472
34.8.4.	Iniciativa no incidente de resolução de demandas repetitivas.....	473
34.8.5.	Instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas	473
34.8.5.1.	Órgão competente para processar e julgar o incidente.....	474
34.8.5.2.	Instrução do pedido de instauração do incidente	474
34.8.5.3.	Controle da admissibilidade do incidente	475
34.8.5.4.	Intervenção do Ministério Público no incidente	476
34.8.6.	Efeitos da instauração do incidente de resolução de demandas repeti- tivas.....	476
34.8.7.	Procedimento do incidente de resolução de demandas repetitivas	478
34.8.7.1.	Debate e instrução do incidente	478
34.8.7.2.	Prazo de julgamento do incidente	479
34.8.7.3.	Julgamento do incidente	479
34.8.8.	Efeitos da tese jurídica.....	480
34.8.9.	Revisão da tese jurídica	481
35.	Fase final do procedimento completo	482
35.1.	Formação do pronunciamento do órgão fracionário	482
35.1.1.	Dualidade de votos.....	483
35.1.2.	Igualdade de votos.....	483
35.1.3.	Disparidade de votos	486
35.2.	Proclamação do resultado	488
35.2.1.	Requisitos da proclamação	488
35.2.2.	Retificação da proclamação	489
35.3.	Modificação do voto.....	490
35.4.	Designação de redator para o acórdão	492
35.5.	Requisitos do acórdão	495
35.5.1.	Designação da peça representativa do julgamento colegiado.....	495
35.5.2.	Elementos do acórdão	495
35.5.3.	Forma do acórdão	498
35.6.	Publicação do acórdão	499
35.7.	Baixa dos autos ao juízo de origem.....	500

Parte II
RECURSOS EM ESPÉCIE

7. APELAÇÃO

36. Origem histórica da apelação.....	504
37. Avaliação crítica da finalidade da apelação.....	507
38. Cabimento da apelação.....	509
38.1. Critério de cabimento da apelação no direito anterior.....	509
38.2. Critério de cabimento da apelação no direito vigente.....	516
38.3. Casos de exclusão da apelação	519
38.4. Cabimento da apelação contra sentença definitiva.....	521
38.5. Cabimento da apelação contra sentença terminativa.....	522
39. Efeitos da interposição da apelação.....	523
39.1. Efeito devolutivo da apelação.....	523
39.1.1. Material da cognição em primeiro grau	523
39.1.2. Relação entre o objeto da apelação e o objeto do processo	530
39.1.3. Dimensões do efeito devolutivo na apelação	531
39.1.4. Extensão do efeito devolutivo da apelação	531
39.1.4.1. Efeito devolutivo parcial e total da apelação	531
39.1.4.2. Efeito devolutivo da apelação no processo cumulado (efeito expansivo)	533
39.1.4.3. Efeito devolutivo da apelação contra sentença terminativa...	540
39.1.4.4. Efeito devolutivo da apelação quanto às questões de ordem pública	545
39.1.4.5. Efeito devolutivo da apelação contra sentença definitiva ...	547
39.1.5. Profundidade do efeito devolutivo	548
39.1.5.1. Efeito devolutivo da apelação na cumulação de causas e de fundamentos da defesa	548
39.1.5.2. Efeito devolutivo da apelação na cumulação de pedidos	550
39.1.5.3. Efeito devolutivo da apelação quanto às questões da mesma classe.....	550
39.1.5.4. Efeito devolutivo quanto às questões anteriores à sentença.....	551
39.1.6. Efeito devolutivo no processo à revelia.....	552
39.2. Efeito suspensivo	554
39.2.1. Apelação sem efeito suspensivo.....	556
39.2.1.1. Sentença homologatória da divisão e demarcação	556
39.2.1.2. Sentença condenatória em alimentos	556
39.2.1.3. Sentença de extinção ou de improcedência dos embargos	557
39.2.1.4. Sentença de procedência da instituição de arbitragem	558
39.2.1.5. Sentença quanto à tutela provisória.....	559
39.2.1.6. Sentença de interdição	560

39.2.1.7.	Demais casos de apelação sem efeito suspensivo	562
39.2.1.8.	Casos controversos de apelação sem efeito suspensivo	563
39.2.1.8.1.	Apelação nas possessórias.....	563
39.2.1.8.2.	Apelação no atentado.....	564
39.2.1.8.3.	Apelação no depósito.....	564
39.2.1.8.4.	Apelação no processo cumulado.....	565
39.2.2.	Proibição de inovar.....	567
39.2.3.	Cumprimento provisório da sentença	569
39.2.4.	Meios para alcançar a suspensão <i>ope iudicis</i>	571
40.	Interposição da apelação.....	575
40.1.	Considerações gerais.....	575
40.2.	Forma da interposição da apelação	576
40.3.	Conteúdo da petição de apelação	580
40.3.1.	Indicação do apelante e do apelado	580
40.3.2.	Exposição dos fundamentos do recurso	581
40.3.3.	Formulação do pedido de nova decisão.....	582
40.3.4.	Produção da prova documental e indicação dos demais meios de prova	583
40.4.	Suprimento dos defeitos da petição	584
41.	Suscitação de questões novas na apelação.....	584
41.1.	Fundamentos da apelação limitada	585
41.2.	Questões novas independentes da alegação de força maior	588
41.2.1.	Questões de direito não suscitadas na origem.....	588
41.2.2.	Questões de fato passíveis de apreciação <i>ex officio</i>	589
41.2.3.	Questões de fato constantes do processo	590
41.2.4.	Questões de fato supervenientes	590
41.2.5.	Necessidade de contraditório prévio	594
41.3.	Questões novas dependentes da alegação de força maior	594
42.	Recebimento da apelação.....	596
42.1.	Retratção da sentença	597
42.2.	Controle <i>per saltum</i> da admissibilidade da apelação	599
43.	Procedimento da apelação em primeiro grau	600
43.1.	Abertura de prazo para resposta	600
43.2.	Audiência do apelante.....	602
43.3.	Incidente de adesão	602
43.4.	Abertura de vista ao Ministério Público.....	602
43.5.	Remessa do processo ao tribunal.....	603
44.	Julgamento da apelação no tribunal.....	604
45.	Efeitos do julgamento da apelação	605
45.1.	Efeitos do julgamento do mérito da apelação	606

45.2.	Correção dos vícios de congruência e de fundamentação da sentença.....	607
45.3.	Proibição da <i>reformatio in pejus</i> na apelação	610
45.4.	Condenação nas despesas da sucumbência	611

8. AGRAVO DE INSTRUMENTO

46.	Origem histórica do agravo.....	613
47.	Avaliação crítica da finalidade do agravo	616
48.	Espécies de agravo	625
49.	Cabimento do agravo de instrumento.....	630
49.1.	Admissibilidade do agravo de instrumento nas tutelas provisórias	634
49.2.	Admissibilidade do agravo de instrumento na decisão de mérito	635
49.3.	Admissibilidade do agravo de instrumento na rejeição da convenção de arbitragem.....	636
49.4.	Admissibilidade do agravo de instrumento na desconsideração da personalidade jurídica.....	637
49.5.	Admissibilidade do agravo de instrumento na rejeição ou revogação da gratuidade	637
49.6.	Admissibilidade do agravo de instrumento na exibição ou posse de documento ou coisa	639
49.7.	Admissibilidade do agravo de instrumento na exclusão de litisconsorte	639
49.8.	Admissibilidade do agravo de instrumento na limitação do litisconsórcio	640
49.9.	Admissibilidade do agravo de instrumento na intervenção de terceiros	641
49.10.	Admissibilidade do agravo de instrumento no efeito suspensivo dos embargos à execução.....	642
49.11.	Admissibilidade do agravo de instrumento na redistribuição do ônus da prova	643
49.12.	Admissibilidade do agravo de instrumento nos casos previstos na lei	644
49.13.	Admissibilidade do agravo de instrumento na liquidação, na execução e no inventário.....	647
49.14.	Inadmissibilidade do agravo contra as omissões do órgão judiciário.....	649
50.	Procedimento do agravo de instrumento	649
50.1.	Interposição do agravo de instrumento	650
50.1.1.	Forma da interposição e endereçamento ao tribunal competente.....	650
50.1.2.	Conteúdo e forma da petição de agravo de instrumento.....	653
50.1.3.	Prazo do agravo de instrumento	660
50.1.4.	Comunicação da interposição ao juízo de primeiro grau	661
50.2.	Distribuição do agravo de instrumento	663
50.3.	Providências do relator.....	663
50.3.1.	Julgamento liminar do agravo de instrumento	664
50.3.2.	Suspensão dos efeitos da decisão agravada e antecipação dos efeitos da pretensão recursal.....	664

50.3.3. Intimação do agravado	667
50.3.4. Intimação do Ministério Público	670
50.4. Conteúdo e forma da resposta do agravado	670
50.5. Retratação da decisão e seus efeitos	671
50.6. Providências subsequentes.....	672
51. Efeitos da interposição do agravo de instrumento	672
51.1. Efeito devolutivo.....	673
51.1.1. Extensão do efeito devolutivo	674
51.1.2. Profundidade do efeito devolutivo	675
51.2. Efeito suspensivo	676
52. Julgamento do agravo de instrumento	680
52.1. Julgamento colegiado do agravo de instrumento	680
52.2. Conflito entre a retratação e o desprovimento do agravo de instrumento.....	682
53. Efeitos do julgamento do agravo de instrumento.....	683

9. AGRAVO INTERNO

54. Origem e evolução do agravo interno	685
55. Amplitude do cabimento do agravo interno.....	689
55.1. Agravo interno nos recursos especial e extraordinário	691
55.2. Agravo interno na concessão de efeito suspensivo ou antecipação dos efeitos da pretensão recursal.....	695
55.3. Agravo interno no conflito de competência.....	697
55.4. Agravo interno na suspensão de liminar ou sentença	698
55.5. Agravo interno contra ato do presidente de tribunal superior, de seção, de turma ou de relator	703
56. Procedimento do agravo interno.....	703
56.1. Objeto do agravo interno	704
56.2. Prazo de interposição do agravo interno	704
56.3. Forma e conteúdo do agravo interno.....	705
56.4. Efeitos da interposição do agravo interno	707
56.5. Contraditório no agravo interno	708
56.6. Intimação do Ministério Público	709
56.7. Retratação da decisão agravada	710
56.8. Necessidade da publicação da pauta no agravo interno	711
57. Julgamento do agravo interno.....	711
58. Efeitos do julgamento do agravo interno	713
59. Aplicação de multa ao agravante.....	714

10. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

60. Origem e evolução histórica dos embargos de declaração	717
61. Conceito e natureza jurídica dos embargos de declaração	720
62. Avaliação crítica dos embargos de declaração	723
63. Cabimento dos embargos de declaração	724
63.1. Provimentos embargáveis	724
63.1.1. Cabimento dos embargos de declaração contra sentenças	726
63.1.2. Cabimento dos embargos de declaração contra acórdãos	726
63.1.3. Cabimento dos embargos de declaração contra decisões interlocutórias	728
63.1.4. Cabimento dos embargos de declaração contra decisões do relator	730
63.1.5. Cabimento dos embargos de declaração contra despachos	731
63.2. Defeitos típicos embargáveis	732
63.2.1. Omissão (prequestionamento)	733
63.2.1.1. Caracterização da omissão	733
63.2.1.2. Causa da omissão	737
63.2.1.3. Objeto da omissão	737
63.2.1.4. Pquestionamento	741
63.2.2. Obscuridade	748
63.2.3. Contradição	749
63.2.4. Erro material	751
63.2.5. Dúvida	752
63.3. Defeitos atípicos embargáveis	753
64. Efeitos da interposição dos embargos de declaração	756
64.1. Efeito devolutivo dos embargos de declaração	757
64.2. Efeito suspensivo dos embargos de declaração	759
64.3. Efeito interruptivo dos embargos de declaração	761
64.3.1. Objeto do efeito interruptivo	761
64.3.2. Contagem do prazo interrompido	762
64.3.3. Destinatários da interrupção	763
64.3.4. Efeito interruptivo dos embargos de declaração inadmissíveis	765
65. Procedimento dos embargos de declaração	767
65.1. Interposição dos embargos de declaração	767
65.2. Controle da admissibilidade pelo relator	770
65.3. Abertura de prazo para resposta do embargado	771
65.4. Prazo para julgamento dos embargos de declaração	773
66. Julgamento dos embargos de declaração	774
66.1. Competência para julgar os embargos de declaração	775
66.2. Dispensa da intimação prévia das partes	777

66.3.	Impossibilidade de debate oral.....	777
66.4.	Julgamento dos embargos de declaração no tribunal.....	778
67.	Efeitos do julgamento dos embargos de declaração	780
67.1.	Efeito modificativo.....	780
67.1.1.	Efeito infringente	782
67.1.2.	Integração do julgamento dos embargos ao provimento impugnado	783
67.2.	Limites à <i>reformatio in pejus</i> nos embargos de declaração	785
67.3.	Reiteração dos embargos de declaração.....	785
67.3.1.	Casos de inadmissibilidade da reiteração dos embargos de declaração.....	786
67.3.2.	Repressão aos embargos manifestamente protelatórios.....	786
67.3.2.1.	Problema de política legislativa.....	787
67.3.2.2.	Destinatários da sanção pecuniária	787
67.3.2.3.	Caracterização do manifesto caráter protelatório.....	788
67.3.2.4.	Reiteração da sanção pecuniária nos embargos protelatórios.....	789
67.3.2.5.	Cumulação de sanções pecuniárias nos embargos protelatórios.....	789
67.3.2.6.	Proibição dos embargos declaratórios	790

11. RECURSO ORDINÁRIO

68.	Origem e evolução do recurso ordinário.....	791
69.	Natureza do recurso ordinário	796
70.	Confronto e semelhanças entre o recurso ordinário e a apelação	798
71.	Definição de recurso ordinário	800
72.	Avaliação crítica do recurso ordinário.....	801
73.	Cabimento do recurso ordinário.....	801
73.1.	Cabimento do recurso ordinário contra provimentos colegiados.....	802
73.1.1.	Natureza e conteúdo do provimento denegatório.....	802
73.1.2.	Caráter final do provimento denegatório.....	805
73.1.3.	Denegação de mandado de segurança	806
73.1.4.	Denegação de <i>habeas data</i>	809
73.1.5.	Denegação de mandado de injunção	812
73.1.6.	Denegação de <i>habeas corpus</i>	814
73.2.	Cabimento do recurso ordinário contra provimentos singulares.....	817
74.	Condições de admissibilidade do recurso ordinário	819
74.1.	Cabimento do recurso ordinário: fungibilidade	819
74.2.	Legitimidade para interpor recurso ordinário	820
74.3.	Prazo da interposição do recurso ordinário	821
74.4.	Regularidade formal do recurso ordinário.....	821
74.5.	Preparo do recurso ordinário.....	822

75. Efeitos da interposição do recurso ordinário.....	822
75.1. Efeito devolutivo.....	822
75.2. Efeito suspensivo	826
76. Procedimento do recurso ordinário	827
76.1. Procedimento do recurso ordinário no órgão <i>a quo</i>	828
76.2. Procedimento do recurso ordinário no órgão <i>ad quem</i>	829
77. Efeitos do julgamento do recurso ordinário.....	829

12. RECURSO EXTRAORDINÁRIO

78. Origem e evolução histórica do recurso extraordinário	832
79. Função constitucional do recurso extraordinário.....	839
80. Denominação do recurso	842
81. Regimes do recurso extraordinário	843
82. Cabimento do recurso extraordinário.....	844
82.1. Condições genéricas do cabimento do recurso extraordinário	845
82.1.1. Esgotamento das vias recursais ordinárias.....	845
82.1.1.1. Recorribilidade dos provimentos de primeiro grau	846
82.1.1.2. Recorribilidade dos provimentos de segundo grau.....	846
82.1.2. Prequestionamento da questão constitucional	851
82.1.3. Ofensa direta à norma constitucional	857
82.1.4. Repercussão geral da questão constitucional.....	859
82.1.4.1. Confronto entre a repercussão geral e a arguição de relevância	862
82.1.4.2. Origem da repercussão geral	863
82.1.4.3. Localização da repercussão geral no juízo de admissibilidade	865
82.1.4.4. Fatores que determinam a existência e a inexistência da repercussão geral.....	867
82.2. Condições específicas do cabimento do recurso extraordinário	870
82.2.1. Provimento que contraria norma constitucional	874
82.2.2. Provimento que declara a inconstitucionalidade de tratado ou de lei federal	876
82.2.3. Provimento que julga válida lei ou ato de governo local contestado perante norma constitucional	877
82.2.4. Provimento que declara válida lei local contestada perante lei federal...	878
83. Efeitos da interposição do recurso extraordinário	881
83.1. Efeito devolutivo do recurso extraordinário.....	882
83.2. Efeito suspensivo do recurso extraordinário	885
83.2.1. Caráter provisório da execução na pendência do extraordinário	886

83.2.2.	Competência para atribuir efeito suspensivo ao extraordinário	887
83.2.3.	Forma da obtenção do efeito suspensivo no extraordinário.....	890
83.2.4.	Requisitos para obtenção do efeito suspensivo no extraordinário	891
84.	Procedimento do recurso extraordinário	892
84.1.	Procedimento do recurso extraordinário no tribunal de origem.....	894
84.1.1.	Prazo de interposição do extraordinário.....	894
84.1.1.1.	Termo inicial do prazo do extraordinário perante decisão majoritária	894
84.1.1.2.	Ônus de interposição simultânea dos recursos extraordinário e especial.....	895
84.1.1.3.	Controle da tempestividade do recurso extraordinário	896
84.1.2.	Forma e conteúdo da interposição do recurso extraordinário	897
84.1.2.1.	Endereçamento da petição de interposição ao órgão competente	898
84.1.2.2.	Regularidade formal do recurso extraordinário.....	899
84.1.2.2.1.	Identificação das questões de fato e constitucional.....	899
84.1.2.2.2.	Demonstração do cabimento do extraordinário	900
84.1.2.2.3.	Demonstração da repercussão geral da questão constitucional.....	901
84.1.2.2.4.	Exposição das razões de provimento do extraordinário	902
84.1.2.2.5.	Pedido de reforma ou de invalidação do provimento recorrido.....	903
84.1.3.	Preparo do recurso extraordinário.....	903
84.1.4.	Formação do contraditório no recurso extraordinário	904
84.1.5.	Incidente de adesão ao recurso extraordinário	905
84.1.6.	Suspensão nacional no incidente de resolução de demandas repetitivas.....	906
84.1.7.	Controle do recurso extraordinário no tribunal de origem.....	907
84.1.7.1.	Prazo do pronunciamento do presidente ou do vice-presidente	908
84.1.7.2.	Motivação do pronunciamento do presidente ou do vice-presidente	908
84.1.7.3.	Negativa de seguimento ao recurso extraordinário	909
84.1.7.4.	Retratação do acórdão divergente do precedente do STF....	910
84.1.7.5.	Suspensão em razão do regime de recursos extraordinários repetitivos	911
84.1.7.6.	Seleção do acórdão representativo da controvérsia constitucional.....	913
84.1.7.7.	Juízo de admissibilidade do recurso extraordinário	914

84.1.8.	Interposição de agravo interno contra a decisão do presidente ou do vice-presidente	915
84.1.9.	Interposição de agravo contra a decisão de inadmissibilidade do extraordinário	916
84.1.9.1.	Prazo de interposição do agravo para o STF	917
84.1.9.2.	Regularidade formal do agravo para o STF	917
84.1.9.3.	Motivação do agravo para o STF	918
84.1.9.4.	Trâmites do agravo no órgão de origem	918
84.1.9.5.	Procedimento do agravo no STF	919
84.1.9.6.	Interposição de agravo interno contra ato do relator no STF	919
84.2.	Procedimento do recurso extraordinário sob repercussão geral no STF	920
84.2.1.	Relação entre os recursos extraordinário e especial	921
84.2.2.	Fungibilidade do recurso extraordinário na ofensa reflexa	922
84.2.3.	Distribuição do recurso extraordinário no STF	923
84.2.4.	Atribuições do relator no STF	923
84.2.5.	Julgamento do recurso extraordinário no STF	925
85.	Regime dos recursos extraordinários repetitivos	926
85.1.	Iniciativa da afetação ao regime dos recursos extraordinários repetitivos	926
85.2.	Seleção dos recursos extraordinários representativos da controvérsia	927
85.3.	Exclusão do recurso extraordinário intempestivo	927
85.4.	Decisão de afetação dos recursos extraordinários	928
85.5.	Prazo de julgamentos dos recursos afetados e renovação da afetação	928
85.6.	Exclusão do recurso extraordinário diferente	929
85.7.	Instrução dos recursos extraordinários repetitivos	930
85.8.	Julgamento dos recursos extraordinários repetitivos	930
85.9.	Efeitos do julgamento dos recursos extraordinários repetitivos nos processos suspensos	931
86.	Efeitos do julgamento do recurso extraordinário	932
86.1.	Efeitos da inadmissibilidade do extraordinário	932
86.2.	Efeitos do julgamento do mérito do extraordinário	933
86.2.1.	Eficácia substitutiva do provimento impugnado	935
86.2.2.	Eficácia da declaração da inconstitucionalidade	936
86.2.2.1.	Extensão da eficácia do julgamento pelo Senado Federal ...	938
86.2.2.2.	Formulação de regra jurídica abstrata	939
86.2.3.	Declaração da existência de repercussão geral	940
86.3.	Impugnação do julgamento do recurso extraordinário	940

13. RECURSO ESPECIAL

87.	Localização do recurso especial no quadro geral dos recursos	942
88.	Origem do recurso especial	942

89. Finalidade constitucional do recurso especial	945
90. Denominação do recurso	947
91. Cabimento do recurso especial	948
91.1. Condições genéricas do cabimento do recurso especial	949
91.1.1. Esgotamento das vias recursais ordinárias.....	949
91.1.2. Prequestionamento da questão federal.....	952
91.2. Condições específicas do cabimento do recurso especial	956
91.2.1. Caracterização da questão federal	957
91.2.2. Provimento que contraria ou nega vigência a tratado ou lei federal	962
91.2.3. Provimento que julga válido ato do governo local perante lei federal	966
91.2.4. Provimento que confere à lei federal interpretação divergente de outro tribunal	967
91.2.4.1. Identidade do objeto do dissídio	968
91.2.4.2. Natureza federal do dissídio	968
91.2.4.3. Atualidade do dissídio.....	969
91.2.4.4. Diversidade de tribunais no dissídio	969
92. Efeitos da interposição do recurso especial.....	971
92.1. Efeito devolutivo do recurso especial	972
92.2. Efeito suspensivo do recurso especial	975
92.2.1. Caráter provisório da execução na pendência do recurso especial.....	975
92.2.2. Competência para atribuir efeito suspensivo ao recurso especial	976
92.2.3. Forma da obtenção do efeito suspensivo no recurso especial	978
92.2.4. Requisitos para obtenção do efeito suspensivo no recurso especial	979
93. Procedimento do recurso especial	980
93.1. Procedimento do recurso especial no tribunal de origem	980
93.1.1. Prazo de interposição do recurso especial	980
93.1.1.1. Recurso especial interposto antes da intimação.....	981
93.1.1.2. Controle da tempestividade do recurso especial no protocolo integrado.....	982
93.1.2. Forma e conteúdo da petição de interposição do recurso especial.....	983
93.1.2.1. Endereçamento da petição de interposição do recurso especial.....	984
93.1.2.2. Regularidade formal no recurso especial	985
93.1.2.2.1. Identificação das questões de fato e federal	985
93.1.2.2.2. Demonstração do cabimento do recurso especial.....	986
93.1.2.2.3. Comprovação do dissídio jurisprudencial	987
93.1.2.2.4. Exposição das razões para o provimento do recurso especial	989
93.1.2.2.5. Pedido de reforma ou de invalidação do provimento recorrido.....	989

93.1.3.	Preparo do recurso especial	990
93.1.4.	Formação do contraditório no recurso especial.....	991
93.1.5.	Incidente de adesão no recurso especial	991
93.1.6.	Suspensão nacional do incidente de resolução de demandas repetitivas	993
93.1.7.	Controle do recurso especial	994
93.1.7.1.	Negativa de seguimento ao recurso especial.....	995
93.1.7.2.	Retratação do acórdão divergente do precedente do STJ.....	995
93.1.7.3.	Suspensão em razão do regime dos recursos especiais repetitivos	997
93.1.7.4.	Seleção do acórdão representativo da controvérsia federal....	998
93.1.7.5.	Juízo de admissibilidade do recurso especial.....	1000
93.1.8.	Interposição do agravo contra a decisão de inadmissibilidade do recurso especial.....	1002
93.1.8.1.	Prazo de interposição do agravo para o STJ	1003
93.1.8.2.	Regularidade formal do agravo para o STJ	1003
93.1.8.3.	Motivação do agravo para o STJ.....	1004
93.1.8.4.	Trâmites do agravo no tribunal de origem	1004
93.1.8.5.	Procedimento do agravo no STJ	1005
93.1.8.6.	Interposição de agravo interno contra ato do relator no STJ	1005
93.1.9.	Interposição conjunta dos recursos especial e extraordinário e a repercussão geral	1007
93.2.	Procedimento do recurso especial no STJ	1008
93.2.1.	Procedimento comum do recurso especial	1008
93.2.2.	Procedimento dos recursos especiais repetitivos	1009
93.2.2.1.	Iniciativa da afetação ao regime dos recursos especiais repetitivos	1009
93.2.2.2.	Seleção dos recursos especiais representativos da controvérsia.....	1010
93.2.2.3.	Exclusão do recurso especial intempestivo	1010
93.2.2.4.	Decisão de afetação dos recursos especiais	1011
93.2.2.5.	Prazo de julgamento dos recursos afetados e renovação da afetação	1011
93.2.2.6.	Exclusão do recurso especial diferente.....	1012
93.2.2.7.	Instrução dos recursos especiais repetitivos	1013
93.2.2.8.	Julgamento dos recursos especiais repetitivos	1013
93.2.2.9.	Efeitos do julgamento dos recursos especiais repetitivos nos processos suspensos.....	1014
94.	Efeitos do julgamento do recurso especial	1014
94.1.	Efeitos da inadmissibilidade do recurso especial.....	1015
94.2.	Efeitos do julgamento do mérito do recurso especial	1015

14. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

95. Origem e evolução histórica dos embargos de divergência	1019
96. Finalidade dos embargos de divergência.....	1023
97. Avaliação crítica dos embargos de divergência.....	1025
98. Cabimento dos embargos de divergência	1026
98.1. Atributos do acórdão embargado	1026
98.2. Atributos do acórdão paradigma	1032
99. Condições de admissibilidade dos embargos de divergência.....	1036
99.1. Cabimento dos embargos de divergência: fungibilidade	1036
99.2. Prazo de interposição dos embargos de divergência	1037
99.3. Regularidade formal dos embargos de divergência	1038
99.3.1. Demonstração da divergência.....	1039
99.3.2. Comprovação da divergência	1040
99.4. Preparo dos embargos de divergência.....	1041
100. Efeitos da interposição dos embargos de divergência.....	1042
100.1. Efeito devolutivo dos embargos de divergência	1042
100.2. Efeito suspensivo dos embargos de divergência	1044
100.3. Efeito interruptivo dos embargos de divergência.....	1045
101. Procedimento dos embargos de divergência	1045
101.1. Competência para julgar os embargos de divergência no STF	1046
101.2. Competência para julgar os embargos de divergência no STJ	1046
101.3. Atitudes iniciais do relator	1047
101.4. Abertura de vista ao embargado	1048
101.5. Abertura de vista ao Ministério Público.....	1049
101.6. Atitudes subsequentes do relator	1049
101.6.1. Retratação do juízo positivo de admissibilidade	1050
101.6.2. Julgamento do mérito dos embargos de divergência.....	1050
101.6.3. Pedido de dia para julgamento	1051
102. Julgamento dos embargos de divergência	1051
103. Efeitos do julgamento dos embargos de divergência	1052

Parte III

DEMAIS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO E RECLAMAÇÃO

15. SUCEDÂNEOS RECURSAIS

104. Definição de sucedâneo recursal no direito brasileiro	1055
105. Origem e evolução dos sucedâneos recursais.....	1060
106. Remessa necessária.....	1063

106.1. Origem e evolução histórica da apelação ex officio	1064
106.2. Institutos similares à apelação ex officio no direito estrangeiro.....	1068
106.3. Natureza jurídica da remessa necessária.....	1069
106.4. Cabimento da remessa necessária	1075
106.5. Efeitos da pendência da remessa necessária	1079
107. Correição parcial	1081
107.1. Origem e evolução histórica da correição parcial	1082
107.2. Natureza jurídica da correição parcial	1083
107.3. Cabimento da correição parcial.....	1085
107.4. Efeitos da interposição da correição parcial.....	1086
108. Pedido de reconsideração	1087
108.1. Origem e evolução histórica do pedido de reconsideração	1087
108.2. Cabimento do pedido de reconsideração.....	1089
108.3. Efeitos da interposição do pedido de reconsideração	1090
109. Suspensão da liminar	1090
109.1. Origem e evolução histórica da suspensão da liminar	1090
109.2. Natureza jurídica da suspensão da liminar	1092
109.3. Cabimento da suspensão da liminar.....	1094
109.4. Efeitos da interposição da suspensão da liminar.....	1095
110. Agravo regimental	1096
110.1. Origem e evolução histórica do agravo regimental	1097
110.2. Natureza jurídica do agravo regimental.....	1098
110.3. Cabimento do agravo regimental	1100
110.4. Efeitos da interposição do agravo regimental	1100

16. RECLAMAÇÃO

111. Origem e evolução da reclamação.....	1101
112. Natureza jurídica da reclamação	1103
113. Finalidades da reclamação	1105
114. Cabimento da reclamação.....	1105
114.1. Preservação da competência do tribunal	1105
114.2. Garantia da autoridade da decisão do tribunal	1106
114.3. Garantia de súmula vinculante e de decisão no controle concentrado de constitucionalidade	1107
114.4. Garantia do precedente nos incidentes de resolução de demandas repetitivas e assunção de competência.....	1108
115. Procedimento da reclamação	1109
115.1. Competência na reclamação.....	1109
115.2. Legitimidade ativa de passiva na reclamação.....	1109

115.3. Oportunidade da reclamação	1111
115.4. Forma e conteúdo da petição inicial da reclamação.....	1112
115.5. Poderes do relator na reclamação	1112
115.6. Contraditório na reclamação.....	1113
116. Julgamento da reclamação e seus efeitos.....	1114
BIBLIOGRAFIA	1117
ÍNDICE LEGISLATIVO	1169
ÍNDICE ONOMÁSTICO	1197
OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	1221